

SUMÁRIO

Capítulo I – Fatos Jurídicos	1
1. Fatos jurídicos.....	3
1.1. Classificação dos fatos jurídicos.....	5
1.2. Atos-fatos jurídicos.....	6
1.3. Atos jurídicos lícitos.....	7
1.3.1. O regime dos atos jurídicos lícitos.....	10
1.3.2. Classificação dos atos jurídicos lícitos.....	10
1.4. Situações e relações jurídicas.....	13
1.5. Atos jurídicos ilícitos.....	14
Capítulo II – Atos Ilícitos	17
2. Requisitos do ato ilícito absoluto.....	19
2.1. Conduta humana.....	19
2.2. O dano.....	21
2.2.1. Dano e prejuízo.....	22
2.2.2. Dano material.....	22
2.2.3. Dano moral.....	23
2.3. Nexo de causalidade entre a conduta e o dano.....	25
2.4. Imputabilidade.....	28
2.5. Culpa.....	30
2.5.1. Negligência, imperícia e imprudência.....	32
3. Ilícito civil e ilícito penal.....	33
4. Ato ilícito e responsabilidade civil.....	34
5. Noção de responsabilidade civil.....	36
6. Conceito de ato ilícito em sentido estrito.....	38
7. Abuso de direito.....	39
7.1. Direito comparado.....	41
7.2. Natureza jurídica.....	43
8. Requisitos do abuso de direito.....	45
8.1. A conduta.....	46
8.2. Ofensa à boa-fé.....	46
8.3. Ato praticado em desacordo com o fim social ou econômico.....	48
9. Efeitos do abuso de direito.....	49

Capítulo III – Do Negócio Jurídico	51
10. Autonomia privada e negócio jurídico	53
10.1. Autonomia da vontade e garantia constitucional	54
10.2. Liberdade econômica, livre-iniciativa e negócio jurídico: a “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica” (Lei 13.874/2019)	54
11. Conceito de negócio jurídico	56
11.1. A declaração da vontade e a autonomia privada	59
11.2. Da visão funcional à visão estrutural do negócio jurídico	63
11.3. Os excessos da visão estrutural	66
12. Liberdade de celebração e liberdade de estipulação	67
13. Autonomia e heteronomia	68
14. Eliminação da autonomia privada	69
15. Limites da autonomia privada e da área objetiva de licitudes	69
15.1. Bons costumes	71
15.2. Função social do contrato	71
15.3. Confiança e segurança jurídica (boa-fé objetiva)	72
15.4. Equilíbrio econômico	73
16. A ilicitude e as suas consequências	73
17. Origem histórica do negócio jurídico	73
17.1. História da teorização do negócio jurídico	74
18. Classificação dos negócios jurídicos	78
Capítulo IV – Requisitos do Negócio Jurídico	83
19. Elementos essenciais do negócio jurídico	85
19.1. O sujeito	87
19.1.1. A representação	89
19.2. A declaração da vontade	93
19.3. A forma	96
19.3.1. O silêncio	98
19.4. Conteúdo e objeto	100
20. Elementos acidentais (ou de eficácia) do negócio jurídico	102
20.1. Condição	103
20.2. Termo	105
20.3. Modo ou encargo	106
21. A função do negócio jurídico	106
Capítulo V – Negócios Jurídicos Bilaterais e Unilaterais	109
22. Noção de contrato	111
23. Negócios jurídicos unilaterais	113
23.1. Promessa de recompensa	114
23.2. Gestão de negócios	114
23.3. Enriquecimento sem causa	117
23.4. Pagamento indevido	120

Capítulo VI – Interpretação e Integração do Negócio Jurídico	123
24. A interpretação dos negócios jurídicos	125
24.1. A regra fundamental do art. 112 do Código Civil	131
24.2. A boa-fé objetiva	134
24.3. Usos e costumes	135
24.4. Influência das circunstâncias da declaração negocial na interpretação ...	137
24.5. Livre pactuação sobre regras de interpretação	138
24.6. Conclusão	139
25. A integração	139
25.1. Revisão do contrato	141
Capítulo VII – Invalidade do Negócio Jurídico	145
26. A eficácia do negócio jurídico	147
27. A patologia do negócio jurídico	149
28. O negócio jurídico e os planos de sua atuação	150
29. Plano da existência	151
30. Plano de validade	154
31. Plano de eficácia	156
32. Vícios verificáveis em cada plano	157
33. O sistema de invalidade do Código	159
Capítulo VIII – As Nulidades	163
34. O negócio nulo não produz efeito	165
35. Nulidade cominada e não cominada	169
36. Negócio jurídico praticado por absolutamente incapaz	169
36.1. Menores	171
37. Ausentes	172
38. Negócio de objeto ilícito	172
39. Impossibilidade do objeto. Fraude à lei	174
40. A compra e venda de coisa alheia	176
41. A compra e venda da coisa litigiosa	179
42. A restituição das prestações pagas por negócio de objeto ilícito	182
43. Noção de negócio imoral	183
44. Negócio de objeto indeterminável	184
45. Motivo ilícito	185
46. Inobservância da forma prescrita em lei	186
47. Inobservância de solenidade	187
48. Fraude à lei	188
49. Infração da lei	188
50. As nulidades no Código de Defesa do Consumidor	189
51. Nulidades no Código de Processo Civil (<i>pas de nullité sans grief</i>)	190

52.	Nulidade de casamento.....	192
53.	A arguição da nulidade.....	193
53.1.	Temperamentos à tese da nulidade independentemente de prejuízo	194
53.2.	Arguição por terceiro interessado.....	196
54.	Arguição pela parte.....	196
55.	Ministério Público.....	197
56.	Declaração de ofício pelo juiz.....	198
57.	Ação ou exceção de nulidade.....	199
58.	Provas.....	200
59.	Inevitabilidade de consequências do negócio nulo.....	200
60.	Confirmação do negócio nulo.....	201
61.	Prescrição.....	203
62.	Conceito de conversão de negócio jurídico nulo.....	205
63.	Natureza da conversão.....	209
64.	Conversão material e conversão formal.....	210
65.	Fundamentos da conversão.....	212
66.	Requisitos da conversão.....	215
67.	Aplicabilidade da conversão.....	216
68.	Figuras afins.....	218
69.	A simulação.....	218
69.1.	A profundidade da inovação introduzida na sistemática da simulação...	221
69.2.	Conceito e efeitos da simulação.....	223
69.3.	Simulação e figuras afins.....	225
69.4.	Espécies de simulação.....	228
69.5.	Simulação invalidante e simulação não invalidante.....	232
69.6.	Negócios em que pode ocorrer a simulação.....	233
69.6.1.	Negócios bilaterais.....	234
69.7.	Simulação <i>ad personam</i>	235
69.8.	Simulação de conteúdo do negócio.....	236
69.9.	Antedata e pós-data.....	237
69.10.	Relações entre as partes do negócio simulado.....	238
69.10.1.	Prova da simulação entre as partes.....	241
69.11.	Relações entre as partes do negócio simulado e terceiros.....	242
69.11.1.	Terceiros prejudicados.....	243
69.11.2.	Adquirentes de direitos transmitidos com base no negócio simulado.....	243
69.11.3.	Credores.....	245
69.11.4.	Prova da simulação arguida por terceiros.....	246
69.12.	A ação de simulação.....	246
69.12.1.	O interesse de agir por meio da ação de simulação.....	247

69.13. Prescrição	249
69.14. Direito intertemporal	251
Capítulo IX – As Anulabilidades	253
70. Anulabilidade	255
70.1. Distinção entre nulidade e anulabilidade	255
70.2. Nulidade absoluta e relativa	257
71. Causas de anulabilidade	260
72. Casos expressos da lei	260
73. Incapacidade relativa	261
74. Menor relativamente capaz	262
75. O ébrio e o toxicômano	262
76. Impossibilidade de exprimir a vontade	263
77. Os pródigos	264
78. A situação dos silvícolas	265
79. Defeitos do negócio jurídico	266
80. Confirmação do ato anulável	267
81. Natureza jurídica	268
82. Requisitos	269
83. Espécies	269
84. Os efeitos da confirmação e os direitos de terceiro	270
85. Conteúdo da confirmação	271
86. Substância do negócio	272
87. A vontade de confirmar	272
88. A forma da confirmação	273
89. Confirmação tácita	274
90. Requisitos da confirmação tácita	274
91. Outros atos de confirmação tácita	275
92. Efeitos da confirmação tácita	276
93. Efeito da confirmação	277
94. Registro público	278
95. Confirmação do negócio sujeito à autorização de terceiro	278
96. A desconstituição do negócio anulável	280
97. A ação de anulação	281
98. Legitimação	282
99. Limites subjetivos da anulação	283
100. As ações de anulação sujeitam-se a prazos decadenciais	284
101. Anulação por coação	285
101.1. Outras ações decorrentes da coação	286
102. Outros defeitos do negócio jurídico	286
103. Anulação por incapacidade	287

104. Outros prazos de anulação	288
104.1. Atos a que se aplica a regra do art. 179	289
105. Negócios jurídicos do menor relativamente incapaz.....	290
106. Efeitos da anulação do ato do menor desassistido	291
107. Repressão à malícia do menor	291
108. Extensão da regra do art. 180.....	291
109. Repetição do pagamento decorrente de negócio inválido	292
110. A repetição em face do contratante incapaz	293
111. Restrições à regra da irrepetibilidade	293
112. Efeitos da anulação.....	294
113. Eficácia temporal da anulação	295
114. Perdas e danos.....	296
115. Composição das perdas e danos.....	296
116. Frutos e rendimentos	297
117. Perecimento da coisa.....	297
118. Benfeitorias e acessões	298
119. Indenização do interesse negativo.....	298
120. Os terceiros de boa-fé diante da anulação do negócio jurídico	302
121. A preservação dos direitos de terceiro de boa-fé no sistema do Código brasileiro.....	305
122. Forma de negócio jurídico	312
123. Nulidade do negócio e nulidade do instrumento	313
124. Nulidade parcial.....	314
124.1. A redução em matéria de contratos coligados	315
125. Princípio da conservação do negócio jurídico	316
126. Obrigação principal e obrigação acessória.....	317
Capítulo X – Dos Defeitos do Negócio Jurídico	319
127. Introito	321
128. Defeitos do negócio jurídico.....	322
129. Diferença entre invalidade e ineficácia.....	325
130. O erro de nominar a fraude contra credores de anulabilidade e não de ineficácia.....	329
131. Em síntese.....	331
132. Os vícios de consentimento e a anulabilidade do negócio jurídico.....	334
132.1. Teoria da vontade real	334
132.2. Teoria da declaração	335
132.3. Teoria da responsabilidade	336
132.4. Teoria da confiança.....	336
133. A posição do atual Código brasileiro.....	337
134. Direito intertemporal.....	339

Capítulo XI – Do Erro ou Ignorância	345
135. O erro como vício de consentimento	347
136. Erro e ignorância	347
137. Erro e dolo	348
138. Erro substancial e vício redibitório	349
139. Cognoscibilidade do erro pelo outro contratante	350
140. A escusabilidade do erro	353
141. A reconhecibilidade do erro	355
142. Teoria da vontade e teoria da declaração	356
143. As teorias da responsabilidade e da confiança	358
143.1. O problema da responsabilidade na declaração errônea de vontade.....	362
143.2. Erro e confiança: responsabilidade.....	363
144. Preocupação predominante com os riscos do negócio	363
145. Requisitos do erro invalidante.....	364
146. Erro atual e erro futuro.....	366
147. Erro obstativo e erro vício.....	367
148. Erro e responsabilidade civil.....	369
149. Prazo decadencial da anulação.....	371
150. Erro substancial e erro acidental.....	371
151. Erro de fato e erro de direito.....	373
152. Pressupostos do erro substancial.....	374
153. Erro sobre a natureza do negócio.....	375
154. Erro quanto ao objeto principal da declaração.....	376
155. Erro de identidade do objeto	377
156. Modalidades de erro quanto à qualidade do objeto.....	377
157. Erro quanto à pessoa.....	379
158. Erro de direito.....	381
159. Falso motivo.....	383
160. Falsa causa	385
161. Condição expressa.....	387
162. Erro na transmissão da declaração de vontade	388
163. Requisitos da anulabilidade por erro de intermediação.....	389
164. Representante e mensageiro.....	390
165. A intencionalidade do intermediário exclui a figura do erro.....	391
166. Poderes de representação e instruções de cumprimento do mandato	392
167. Excesso de mandato	393
168. Erro sanável de pessoa ou coisa.....	393
169. Erro de pessoa ou coisa e erro na indicação de pessoa ou coisa	393
170. Requisito legal a cumprir.....	394
171. Erro material e erro de cálculo	395

172. O erro de cálculo	396
173. Efeito do erro de cálculo.....	397
174. Retificação do contrato para evitar sua anulação por erro essencial.....	397
174.1. A iniciativa da revisão contratual	399
175. Diversas hipóteses de retificação do negócio praticado sob erro.....	399
Capítulo XII – Do Dolo	401
176. Dolo como vício de consentimento	403
177. Análise dos elementos constitutivos do dolo.....	404
178. A decadência do <i>dolus bonus</i>	407
179. Efeitos do dolo	408
179.1. Efeitos da anulação em face de terceiros.....	408
180. Conveniência da distinção entre o erro e o dolo.....	409
181. Negócios jurídicos anuláveis por dolo.....	410
182. O prejuízo causado pelo dolo	411
183. Erro e capacidade do agente.....	413
184. Prova do dolo	414
185. Arguição do dolo.....	415
186. Prazo decadencial para promover a anulação por dolo	416
187. Dolo principal e dolo acidental	417
188. Requisitos do dolo acidental	419
189. Efeitos do dolo acidental	420
190. A reticência: o silêncio como comportamento doloso.....	421
191. Dever de informar entre os contratantes.....	422
192. Variações do dolo negativo	423
193. A malícia do que se aproveita do erro	423
194. O regime do dolo de terceiro no Código anterior.....	424
195. O regime do Código atual	425
196. O dolo de terceiro não é suficiente, por si só, para viciar o negócio jurídico....	425
197. Efeitos do dolo de terceiro.....	427
198. Dolo e erro.....	427
199. Dolo acidental de terceiro	428
200. Dolo de terceiro e negócio unilateral.....	428
201. Dolo do representante legal e do representante convencional	429
202. O regime adotado pelo Código atual.....	430
203. As duas modalidades de repressão ao dolo do representante.....	431

204. Dolo bilateral.....	433
205. Compensação.....	433
Capítulo XIII – Da Coação	437
206. Coação física e coação moral.....	439
207. A coação como vício de consentimento.....	440
208. A conveniência de manter-se a distinção entre as duas modalidades de coação.....	440
209. Conceito de coação moral.....	442
210. O verdadeiro vício de consentimento, na coação moral	443
211. Elementos constitutivos da coação moral.....	444
211.1. A origem da coação	444
211.2. A ameaça	445
211.3. A injustiça do mal ameaçado.....	445
211.4. A gravidade do mal ameaçado	446
211.5. O mal ameaçado deve ser iminente.....	447
211.6. Objeto do mal ameaçado	447
211.7. O nexu causal.....	449
211.8. Coação incidente.....	449
212. Efeitos da coação	450
213. A prova da coação	451
214. Efeitos da anulação em face de terceiros	452
215. Prazo decadencial da anulação por coação.....	453
216. Aferição da coação	454
217. Exercício regular do direito e abuso do direito	456
218. Temor reverencial.....	458
219. Coação feita por terceiro	460
220. Consequências da coação por terceiro, no regime do Código Civil de 2002	461
221. Situação jurídica do contratante em face da coação praticada por terceiro	462
Capítulo XIV – Do Estado de Perigo.....	465
222. O estado de necessidade no âmbito dos negócios jurídicos: anulabilidade ou rescindibilidade?.....	467
223. Conceito legal de estado de perigo.....	470
224. Elementos do estado de perigo.....	471
225. A situação perigosa	473
226. Efeitos do estado de perigo	475
227. Requisitos processuais para reconhecimento do estado de perigo.....	476
228. Efeitos em relação a terceiros.....	476
229. Prazo decadencial para anular o negócio praticado em estado de perigo	477

Capítulo XV – Da Lesão	479
230. Negócios usurários	481
231. Esboço histórico da lesão no direito brasileiro.....	481
232. Conceito de lesão como vício de consentimento	483
233. Características da lesão no atual Código Civil	485
233.1. O dolo de aproveitamento	490
233.2. Um caso típico de lesão.....	491
234. A ação de anulação do negócio lesivo.....	493
234.1. Opção do devedor entre anular ou rever o contrato	494
235. Outras observações sobre a participação do cocontratante no negócio lesivo.....	495
236. A influência do Código de Processo Civil sobre a teoria da lesão.....	497
237. Efeitos da lesão.....	498
237.1. A iniciativa da revisão contratual	499
238. Lesão e teoria da imprevisão	499
239. Ônus da prova.....	500
240. A situação dos terceiros de boa-fé.....	501
241. Lesão nos contratos de consumo.....	502
242. Prazo decadencial para anulação da lesão	503
242.1. Confirmação do negócio viciado por lesão.....	503
Capítulo XVI – Da Fraude contra Credores	505
243. Noção de fraude contra credores.....	507
244. Noção de fraude.....	508
245. Repulsa do direito à fraude	509
246. Raízes históricas da ação pauliana	511
246.1. A ação pauliana no direito romano	512
246.2. O nome da ação revocatória.....	513
246.3. O direito romano clássico e a ação pauliana	514
246.4. As controvérsias sobre a natureza da ação pauliana em direito romano.....	515
246.5. Em que consistia o instituto romano da revocatória.....	516
246.6. A verdadeira natureza da ação pauliana no direito romano	518
246.7. Características e consectários da ação pauliana justinianeia	520
246.8. Síntese: a ação pauliana, no direito romano, não era ação de nulidade....	523
247. A ação revocatória no direito medieval e moderno.....	525
248. Direito contemporâneo (comparado).....	527
248.1. Direito italiano	527
248.2. Direito francês.....	529
248.3. Direito alemão.....	532
248.4. Direito espanhol.....	535

248.5. Direito português.....	536
248.6. Direito argentino.....	539
249. Síntese do direito comparado	540
250. A fraude contra credores no direito brasileiro	541
250.1. A má colocação da fraude entre os defeitos do ato jurídico.....	541
250.2. Obrigação e responsabilidade patrimonial.....	543
250.3. Tutela judicial à garantia dos credores	544
250.4. A ação sub-rogatória.....	545
250.5. A ação de arresto.....	545
250.6. A ação pauliana	546
250.7. A fraude contra credores fora do Código Civil.....	548
250.8. Fraude à execução	550
250.9. A fraude invocada em ação e exceção (embargos de terceiro)	553
251. Requisitos gerais da fraude contra credores.....	555
252. O crédito defraudado.....	555
252.1. A anterioridade do crédito.....	557
252.2. Fraude a crédito futuro.....	558
252.3. Liquidez e exigibilidade da obrigação	559
252.4. Crédito extinto	562
253. O prejuízo do credor (<i>eventus damni</i>).....	562
253.1. Remissão de dívida	563
253.2. Oneração ou comprometimento dos bens do insolvente	564
253.3. Ato parcialmente gratuito	565
253.4. Prova da insolvência	565
253.5. Atualidade do dano.....	566
254. <i>Consilium fraudis</i> em negócio gratuito.....	568
255. Prazo decadencial para exercício da pauliana	569
256. A fraude por meio de negócio oneroso	571
257. Posição jurisprudencial.....	572
258. Âmbito de incidência da pauliana.....	573
259. Elisão do <i>eventus damni</i>	576
260. Outras formas elisivas.....	576
261. Legitimação <i>ad causam</i>	577
262. A situação dos adquirentes sucessivos.....	578
263. Pagamento de dívida não vencida.....	581
264. Dívidas com garantia real.....	582
265. Dação em pagamento	583
266. Requisitos da revocação do pagamento antecipado	583
267. Efeitos da revocatória.....	584
268. Fraude na constituição de garantia real.....	584
269. Presunção legal de fraude.....	585

270. Requisitos da presunção de fraude.....	585
271. Provas.....	586
272. Efeitos da pauliana	586
273. Negócios ordinários	587
274. Presunção legal de boa-fé.....	587
275. A participação do terceiro.....	588
276. Efeitos da pauliana	588
277. A recalcitrância do atual Código em qualificar como anulável o negócio praticado em fraude contra credores.....	590
278. A repulsa à fraude no Código Civil e em outros diplomas legais	591
279. Como operam os meios repressivos da fraude.....	592
280. A necessidade de harmonização das linhas básicas dos diversos remédios de repressão à fraude.....	593
281. A ineficácia como sanção natural de todas as modalidades de fraude contra credores.....	595
282. A jurisprudência.....	596
283. A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	598
284. A defesa da posição do Código.....	599
285. Conclusões	603
285.1. Uma última distinção eficaz.....	604
285.2. A natureza da sentença pauliana.....	605
Bibliografia.....	607
Índice Alfabético-Remissivo.....	627